



PORTARIA n. 003/2014

A Excelentíssima Senhora Juíza da 066ª Zona Eleitoral de Santa Catarina, Dra. Heloisa Beirith Fernandes, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de complementar as rotinas a serem seguidas pelo juízo eleitoral no quanto ao Poder de Polícia na Propaganda Eleitoral referente às Eleições de 2014;

Art. 1º Nomear as servidoras Greyce Mariana Laske Mahl, Pietra Ferla e Vanessa Bosing como fiscais de propaganda eleitoral para as eleições de 2014, tendo como atribuições promover as diligências necessárias à coleta de elementos que permitam constatar a irregularidade ou não da propaganda eleitoral.

Art. 2º As notícias de irregularidade de propaganda eleitoral deverão ser apresentadas por escrito, contendo a identificação do noticiante e dados para contato, com indicações mínimas acerca da veracidade/plausibilidade da ocorrência, sendo, porém, garantido, se necessário, o sigilo da identidade da fonte.

Parágrafo único: Em nenhuma hipótese serão aceitas denúncias apócrifas, por telefone ou e-mail, cabendo aos servidores da Justiça Eleitoral orientar o denunciante acerca da forma do *caput*.

Art. 3º Ficam os fiscais de propaganda, independentemente de manifestação judicial prévia, nos termos do art. 6º, §2º da Resolução TRE/SC 7.915 de 2014, autorizados a realizar o imediato recolhimento das propagandas irregulares, nos casos em que houver a reiteração, desde que seja a mesma espécie de irregularidade e relativa ao mesmo candidato, partido ou coligação em qualquer um dos municípios integrantes da 66ª Zona Eleitoral de Pinhalzinho.

§ 1º O mesmo tratamento previsto no *caput* será dispensado à propaganda que esteja atrapalhando o deslocamento de veículos e pedestres, bem como a que diminua a visibilidade de veículos em trânsito ou da sinalização de tráfego (Lei n.º 9.504/97, art. 37, § 6º).



§ 2º A propaganda regularmente apreendida ficará retida no Cartório Eleitoral e será devolvida ao interessado após o dia 27 de outubro de 2014, ficando a sua disposição pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados desta data. Decorrido o referido prazo, a propaganda eleitoral será descartada de acordo com o trâmite previsto na legislação eleitoral.

Art. 4.º Autorizar e delegar, expressamente, às servidoras Greyce Mariana Laske Mahl e Pietra Ferla a competência para solicitar quando necessário, através de contato telefônico, apoio às Prefeituras Municipais e às Polícias Cíveis e Militares na fiscalização e recolhimento de propaganda eleitoral.

§ 2º. As Polícias Cíveis e Militares e as Prefeituras Municipais deverão ser previamente informadas acerca do *caput* através de ofício de ordem deste juízo eleitoral, permanecendo cientes da normativa durante todo o período eleitoral.

Remeta-se, por formulário eletrônico, à Egrégia Corregedoria Regional Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias, em atendimento ao disposto no art. 1.º do Provimento CRE/SC n.º 2/2009.

Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, independentemente de sua publicação no DJESC.

Cientifique-se o Ministério Público Eleitoral.

Cumpra-se.

Pinhalzinho, 01 de Julho de 2014.

HELOISA BEIRITH FERNANDES
Juíza da 66ª Zona Eleitoral
